ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

EDITORA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Questões Contemporâneas

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Questões Contemporâneas

ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se70 SENHORAS, Elói Martins.

Relações Internacionais: Questões Contemporâneas. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Relações Internacionais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-979656-6-3

1 - Estudos de Caso. 2 - Mundo. 3 - Relações Internacionais. 4 - Teoria.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Relações Internacionais. IV - Série

CDD–327

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade da autora.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 5

A Ausência dos Estados Unidos na OTAN e as Oportunidades de Projeção Estratégica da China

A AUSÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NA OTAN E AS OPORTUNIDADES DE PROJEÇÃO ESTRATÉGICA DA CHINA

Nanice da Silva Roque[1]

Vinicius Modolo Teixeira[2]

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949 no contexto da Guerra Fria, consolidou-se como um dos principais instrumentos de segurança coletiva e dissuasão militar do Ocidente frente à ameaça soviética. Desde sua fundação, os Estados Unidos desempenharam um papel central não apenas como maior financiador, mas também como liderança política e militar responsável pela definição estratégica da Aliança. A posição norte-americana como "hegemon liberal" garantiu à OTAN não apenas recursos materiais, mas também coesão normativa e capacidade de resposta diante de ameaças coletivas.

Com o fim da Guerra Fria, a OTAN passou por um processo de redefinição de seu papel estratégico, expandindo suas operações para além do perímetro euro-atlântico e engajando-se em missões como as intervenções nos Bálcãs, no Afeganistão e na Líbia. No entanto, as transformações na estrutura de poder internacional, marcadas pelo declínio relativo da hegemonia unipolar norte-americana e pela ascensão de potências revisionistas, colocaram em

[1] Mestranda em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). E-mail para contato: nanice.roque@unemat.br

[2] Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Doutor em Geografia. E-mail para contato: vinicius.teixeira@unemat.br

xeque a continuidade do engajamento dos EUA em alianças multilaterais de segurança.

Nos últimos anos, declarações políticas de ex-líderes norte-americanos sugerindo a possibilidade de uma retirada dos Estados Unidos da OTAN alimentaram debates acadêmicos e geopolíticos sobre os efeitos de uma eventual ausência norte-americana na arquitetura de segurança transatlântica. A centralidade dos EUA no financiamento, comando militar e definição estratégica da OTAN levanta questões cruciais sobre a capacidade de sobrevivência e eficácia da aliança sem seu principal pilar de sustentação.

Paralelamente, a ascensão da China como potência global tem reconfigurado a distribuição de poder no sistema internacional. A Iniciativa "Um Cinturão, Uma Rota" (também conhecida internacionalmente como *Belt and Road Initiative* – BRI), lançada em 2013, é um exemplo concreto da estratégia chinesa de expansão geoeconômica e de *soft power*, articulando infraestrutura, comércio e diplomacia para fortalecer sua posição estratégica na Eurásia. Mais do que um projeto econômico, a Iniciativa busca remodelar estruturas institucionais e normas internacionais, evidenciando o uso do que Strange (1996) definiu como poder estrutural para influenciar o comportamento de Estados e organizações internacionais.

A ausência dos Estados Unidos na OTAN, caso venha a se concretizar, abre espaço para uma série de dinâmicas geopolíticas. Primeiro, cria um vácuo de poder que pode ser explorado por atores como China e Rússia, principalmente através de instituições como a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), que busca estabelecer uma arquitetura de segurança e cooperação alternativa aos modelos ocidentais. Segundo, pode acelerar um processo de transição hegemônica, com potenciais efeitos desestabilizadores para a ordem internacional, como demonstrado por teorias sobre sistemas multipolares e os riscos inerentes à competição entre grandes potências (WALTZ, 2010).

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo central analisar os impactos políticos, estruturais e militares de uma OTAN sem a liderança norte-americana, investigando como essa lacuna pode favorecer a projeção de poder da China no âmbito global. Os objetivos específicos são: a) examinar o papel histórico dos Estados Unidos na OTAN, destacando sua importância estratégica para a coesão e eficácia da aliança; b) avaliar as possíveis repercussões da retirada dos EUA sobre a estrutura institucional, financiamento e capacidade operacional da OTAN; c) analisar as estratégias de política externa e segurança adotadas pela China em cenários de enfraquecimento de potências rivais, com foco no BRI e na atuação chinesa em organismos como a OCX; e d) discutir os possíveis cenários futuros de reconfiguração do equilíbrio de poder global, considerando os conceitos de transição hegemônica, multipolaridade e instabilidade sistêmica.

Para alcançar esses objetivos o estudo adota uma metodologia com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com ênfase na análise interpretativa dos dados obtidos por meio de uma revisão integrativa da literatura. O recorte epistemológico desta pesquisa está fundamentado nos paradigmas das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos, com enfoque nas teorias realistas e institucionalistas. A análise busca articular os pressupostos do realismo ofensivo (MEARSHEIMER, 2003), da teoria da transição hegemônica (GILPIN, 1981) e da perspectiva de poder estrutural (STRANGE, 2015), bem como dos conceitos de *soft power* (NYE, 2004) e institucionalismo liberal (KEOHANE; NYE, 1997). Essas teorias, que, em alguns pontos são discordantes, podem nos oferecer pontos de vistas diferentes e necessários para interpretar as implicações geopolíticas da possível retirada dos Estados Unidos da OTAN.

RESULTADOS

A análise da literatura selecionada permitiu identificar padrões recorrentes sobre a liderança dos Estados Unidos na OTAN, os riscos de sua possível retirada e a ascensão estratégica da China. Esses achados foram organizados em três categorias analíticas principais: (1) a liderança norte-americana como elemento central da Aliança Atlântica; (2) a perspectiva de instabilidade decorrente de uma eventual saída dos EUA da OTAN; e (3) a expansão do protagonismo chinês por meio da Iniciativa "Um Cinturão, Uma Rota" (BRI) e de fóruns multilaterais alternativos, como a Organização para Cooperação de Xangai (OCX).

Quadro 1 – Categorias analíticas e principais achados

Categoria analítica		*Principais achados*	*Autores / fontes principais*
1	Liderança dos EUA na OTAN	Protagonismo militar e normativo dos EUA; disparidade de gastos de defesa entre EUA e Europa;	Mearsheimer (2003); Walt (1997); Olson (1971)
2	Possível retirada dos EUA da OTAN	Risco de fragmentação institucional; multipolaridade instável; discursos de Trump e tensões internas;	Posen (2018); Deutsche Welle (2024); Metrópoles (2024)
3	Ascensão da China (BRI/OCX)	Expansão do BRI; criação do AIIB; fortalecimento da OCX; poder estrutural e normativo.	Nye (2004); Strange (1996; 2015); Rolland (2017)

Fonte: Elaboração própria.

A sistematização apresentada evidencia três dimensões centrais: a liderança estrutural dos Estados Unidos na OTAN, a possibilidade de retração norte-americana e seus impactos sobre a estabilidade da Aliança, e a ascensão da China como alternativa geopolítica por meio da BRI e de instituições multilaterais próprias.

Na seção seguinte, esses achados foram discutidos à luz das principais teorias das Relações Internacionais e da literatura especializada, de modo a integrar evidências empíricas recentes, como declarações políticas, crises institucionais e iniciativas multilaterais, ao arcabouço teórico adotado na pesquisa, o que permitiu aprofundar a análise crítica, relacionando os resultados obtidos com interpretações inovadoras e dialogando com autores clássicos e contemporâneos do campo.

A liderança dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria: hegemonia, alianças militares e segurança coletiva

A atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no período pós-Guerra Fria marcou uma mudança significativa em seu papel estratégico. Se antes a Aliança tinha como principal objetivo a contenção da União Soviética, a partir da década de 1990 passou a intervir em conflitos regionais fora do escopo tradicional de defesa do Atlântico Norte. Um marco desse processo foi a Guerra da Bósnia (1992–1995), quando a OTAN empregou seus recursos militares pela primeira vez, em missões de apoio e intervenção autorizadas pela ONU. Desde então, a organização vem atuando de forma regular em operações internacionais, sob mandato da ONU ou não (BERTAZZO, 2010).

Conforme Teixeira (2020), a OTAN historicamente se viu imersa em crises de objetivos e disputas internas entre seus

membros, como no caso da entrada de Grécia e Turquia em 1952 e da Espanha em 1982. Essas tensões revelam que, apesar de sua solidez como bloco militar, a organização sempre esteve sujeita a instabilidades estruturais que marcaram sua trajetória.

O fim da Guerra Fria inaugurou uma nova fase na configuração da ordem internacional, caracterizada pela emergência de uma hegemonia unipolar sob a liderança dos Estados Unidos. Essa primazia não se limitou ao domínio militar, mas se estendeu por esferas econômica e cultural, articulando o que Nye (2004) denominou *smart power*, isto é, a integração coordenada da capacidade coercitiva e militar (*hard power*) com a atratividade cultural, ideológica e normativa (*soft power*). Essa combinação permitiu aos EUA moldar preferências e comportamentos de outros atores sem recorrer exclusivamente à coerção, consolidando uma ordem liberal que, embora benéfica aos interesses norte-americanos, também se apresentava como promotora de bens públicos globais (BERTONHA, 2009).

No cenário das alianças militares, a OTAN emergiu como um pilar dessa hegemonia liberal.

> A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi criada pelo Tratado de Washington, um instrumento que estabeleceu simultaneamente seu caráter de aliança militar e sua expressão institucional, na forma de uma organização internacional. Consta do texto original do tratado, redigido em 1949, além das disposições sobre a garantia da paz *inter alia* e sobre segurança coletiva, a forma de sua dimensão institucional: a decisão de estabelecer imediatamente um conselho para que os membros pudessem se reunir a qualquer momento. Este conselho poderia, por sua vez, estabelecer corpos subsidiários, "tantos quantos forem necessários", e em particular um comitê de defesa. Tal agência

> estaria encarregada de supervisionar o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas para resistir a um ataque armado e organizar os atores para que esta resistência fosse efetiva (BERTAZZO, 2010, p. 92).

Apesar das críticas internas, o governo Biden reforçou em diversas ocasiões o compromisso com a OTAN. Em 2022, em pronunciamento sobre a guerra na Ucrânia, o presidente anunciou o envio de tropas adicionais ao Leste Europeu e reafirmou a validade do Artigo 5º do Tratado, que garante a defesa coletiva da Aliança (CNN BRASIL, 2022). Já em 2024, no 75º aniversário da OTAN, a Casa Branca reafirmou oficialmente o compromisso inabalável dos Estados Unidos com a segurança transatlântica (UNITED STATES, 2024).

Conforme Keohane e Nye (1977), instituições multilaterais como a OTAN operam como mecanismos cruciais de governança global. Elas reduzem os custos de transação e aumentam a previsibilidade nas relações interestatais, facilitando a cooperação e mitigando o dilema da segurança. Os Estados Unidos não se restringiram a fornecer os recursos materiais indispensáveis à operacionalização da Aliança; eles também foram fundamentais na definição de normas, procedimentos e prioridades estratégicas, que guiaram a OTAN por décadas. Essa liderança normativa e material reforçou o compromisso da aliança com princípios democráticos e a segurança coletiva do Atlântico Norte.

Walt (1997), com sua teoria do balanceamento de ameaças (*balance of threat theory*), ressalta que a liderança americana foi vital para a coesão da OTAN. Ao oferecer credibilidade e capacidade de resposta militar robusta contra ameaças externas, os EUA garantiram que os membros da aliança não buscassem alinhar-se com potenciais adversários ou desenvolver capacidades defensivas

excessivas por conta própria. Contudo, essa liderança também gerou uma dependência assimétrica, onde os demais membros da OTAN, em particular os países europeus, se tornaram funcionalmente dependentes da capacidade de projeção de poder dos Estados Unidos (NYE, 2004). Isso se manifestou na disparidade de gastos com defesa e na confiança europeia na "garantia de segurança" americana.

Pela lente do realismo ofensivo, Mearsheimer (2003) argumenta que a posição dos EUA como *hegemon* regional nas Américas permitiu-lhes controlar esferas de influência e sustentar uma superioridade militar em múltiplos teatros operacionais. A liderança americana, sob essa perspectiva, não foi meramente uma escolha altruísta pela segurança coletiva, mas uma estratégia calculada de contenção de rivais e de preservação da ordem internacional liberal que intrinsecamente beneficiava os interesses estratégicos norte-americanos. Mearsheimer (2003) postula que grandes potências, buscando maximizar seu poder para garantir a própria sobrevivência, agem de forma egoísta em um sistema anárquico, e a hegemonia regional é o objetivo final.

Como analisa Teixeira (2020), além de conter a União Soviética, a OTAN atuou como mediadora de rivalidades entre seus próprios membros, a exemplo das disputas históricas entre Grécia e Turquia. Esse papel reforça sua condição de organização em permanente adaptação a crises internas e externas, articulando interesses divergentes sob a lógica da liderança americana.

Na década de 2000, sobretudo após os ataques de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos solidificaram sua posição central na OTAN. Esse movimento se evidenciou na liderança de operações fora da área geográfica tradicional da Aliança, como a missão ISAF no Afeganistão. Tal protagonismo reafirmou a lógica de liderança estrutural: os EUA continuaram a arcar com os maiores custos militares e operacionais, enquanto os aliados europeus

mantiveram níveis relativamente baixos de investimento em defesa. Esse descompasso ilustra o fenômeno conhecido como *free-riding*, quando alguns membros de uma aliança se beneficiam da provisão de segurança coletiva sem contribuir proporcionalmente para seus custos, amplamente debatido na literatura das Relações Internacionais (OLSON, 1971).

Esse debate não ficou restrito ao campo acadêmico, mas ganhou projeção na esfera política e midiática. Em 2024, Donald Trump declarou que cogitaria a retirada dos EUA da OTAN caso os países europeus não "pagassem suas contas", declaração amplamente repercutida pela imprensa internacional (DEUTSCHE WELLE, 2024). No mesmo ano, a Cúpula da OTAN em Washington foi marcada pelo receio da volta de Trump e os riscos que isso representaria para a continuidade do compromisso norte-americano (DEUTSCHE WELLE, 2024).

Esse quadro permite relacionar os resultados com a teoria do *balance of threat* de Walt (1997), segundo a qual a coesão de alianças depende da percepção de ameaça comum. A permanência da OTAN, apesar de crises internas recorrentes, revela que os aliados europeus ainda percebem os EUA como a única potência capaz de oferecer credibilidade militar diante de ameaças externas. Nesse sentido, a liderança norte-americana não é apenas fruto de capacidade material, mas também da legitimidade estratégica construída ao longo de décadas.

Como recorda Teixeira (2020, p. 192), "a decisão francesa estava relacionada à sua visão da manutenção e uso independente de suas forças militares convencionais e nucleares", o que levou à retirada da França do comando militar da OTAN em 1966, embora o país tenha permanecido como membro político da organização. Esse episódio ilustra que tensões quanto à divisão de custos e autonomia estratégica já faziam parte da dinâmica da Aliança.

Mais recentemente, no entanto, tensões políticas internas nos EUA e um crescente debate sobre o custo-benefício de sua permanência na OTAN introduziram incertezas significativas. Em entrevista de 2024, Donald Trump afirmou que "com certeza" cogitaria a retirada dos Estados Unidos da OTAN caso os países europeus não "pagassem suas contas" e não tratassem os EUA de forma "justa", reforçando sua postura crítica sobre os custos da Aliança (DEUTSCHE WELLE, 2024).

Posen (2018) tem sinalizado que um crescente unilateralismo e a busca por uma redução de compromissos externos podem culminar em um cenário de retração estratégica norte-americana. A eventual saída dos Estados Unidos da OTAN representaria uma ruptura potencial no pilar central da segurança transatlântica, com profundas implicações para a estabilidade do sistema internacional, abrindo espaço para a reconfiguração de alianças e o surgimento de novas dinâmicas de poder.

A discussão sobre uma eventual saída norte-americana da OTAN deve ser lida à luz do conceito de *abandono estratégico* formulado por Schweller (1998). A percepção de retração do patrono hegemônico tende a gerar dilemas de segurança nos aliados, que podem optar tanto por estratégias autônomas (aumento de gastos militares, inclusive nucleares) quanto por realinhamentos com outras potências. Os resultados desta pesquisa, ao evidenciarem a centralidade das falas de Trump e o debate político recente, corroboram essa hipótese, reforçando o risco de instabilidade em caso de retirada efetiva.

Embora o poder brando de Nye (2004) seja evidente nos investimentos em infraestrutura e na diplomacia econômica, a China transcende a mera atração cultural ou ideológica. A construção de portos, ferrovias e redes de comunicação não apenas gera *goodwill* (boa vontade internacional) entendida como a criação de laços de confiança e cooperação entre Estados, mas também remodela de

forma intrínseca a arquitetura física e, por conseguinte, a geoeconômica dos países participantes. Essa infraestrutura, uma vez consolidada, estabelece relações de dependência e define rotas comerciais que se alinham diretamente aos interesses estratégicos chineses, configurando um poder estrutural sutil, porém profundo, conforme teorizado por Strange (1996; 2015).

> Strange cunha o conceito de poder estrutural como "o poder de determinar as estruturas da economia política global dentro da qual os demais Estados, suas instituições, suas empresas e até seus cientistas e profissionais deverão operar" [...]. Essas estruturas da economia política global se dividem entre estrutura financeira, produtiva, de segurança e de conhecimento. Strange, dessa maneira, se contrapõe, as análises marxistas do sistema internacional em que o sistema se divide entre infraestrutura e superestrutura, as quais opõem a produção internacional e as normas, valores e diretrizes, em uma relação dialética que conforma a ordem mundial (ALENCAR; NUNES, 2018, p. 129).

Consideremos o exemplo da dívida como instrumento de poder. Em alguns casos, países que se endividaram para financiar projetos do BRI enfrentam dificuldades em honrar seus compromissos, levando à concessão de ativos estratégicos à China, como portos ou terras. Embora não seja uma política oficial declarada, essa dinâmica gera uma influência duradoura, alterando as escolhas de política externa e econômica dos Estados receptores e consolidando a posição da China como um ator central nas suas cadeias de valor e infraestrutura. A capacidade de redefinir as opções dos outros Estados, mesmo que indiretamente, é uma manifestação do poder estrutural em ação, indo além da simples atração do poder brando (STRANGE, 1996).

Ao articular os resultados encontrados com a teoria da transição hegemônica de Gilpin (1981), observa-se que a China não busca apenas maior inserção internacional, mas a redefinição das regras do sistema. A expansão do BRI e o fortalecimento da OCX podem ser interpretados como instrumentos de contestação à ordem liberal, funcionando como "atalhos institucionais" para ampliar a influência chinesa. Assim, a ascensão de Pequim não é neutra, mas carrega implicações normativas profundas para a governança global.

A observação sobre a inter-relação entre a ausência dos Estados Unidos em certos contextos (como uma hipotética retração da OTAN ou de outras alianças) e o avanço da China é perspicaz. Esse vácuo de poder não é apenas uma "janela de oportunidade" para a China; ele acentua as condições para uma reconfiguração mais sistêmica da ordem internacional. A Teoria da Transição Hegemônica de Gilpin (1981) torna-se ainda mais relevante. A China não busca apenas um lugar na mesa de decisões globais; ela ambiciona redefinir a própria mesa.

Isso se manifesta na criação e no fortalecimento de instituições alternativas ao sistema liderado pelo Ocidente. O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB)**,** por exemplo, não é apenas um banco de desenvolvimento; é um desafio direto à governança financeira global estabelecida por instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), nas quais o Ocidente detém maior poder de voto. Da mesma forma, a Organização para Cooperação de Xangai (OCX)**,** ao expandir seu escopo para além da segurança e incorporar a cooperação econômica e cultural, pavimenta o caminho para um modelo de governança regional que prioriza os interesses e a visão chinesa para a Eurásia (KHANNA, 2016).

A redefinição de normas e valores é outro pilar dessa reconfiguração. A China, através de sua diplomacia e de plataformas multilaterais como a BRI, busca promover conceitos como

"cooperação ganha-ganha" e "comunidade de destino compartilhado", que, embora soem benignos, podem servir para legitimar um sistema internacional menos centrado nas normas liberais ocidentais de democracia e direitos humanos, e mais focado na soberania estatal e no desenvolvimento econômico liderado pelo Estado. Essa dimensão normativa do poder estrutural é fundamental para compreender a ambição chinesa de remodelar a ordem global (STRANGE, 1996).

A análise do equilíbrio de poder regional, conforme Mearsheimer (2003), é crucial para entender as implicações da expansão chinesa, especialmente no Indo-Pacífico e no Mar do Sul da China. O crescimento do poder militar chinês, impulsionado pelo sucesso econômico e pela modernização tecnológica, inevitavelmente gera dilemas de segurança para os Estados vizinhos. A construção de ilhas artificiais e a militarização de recifes no Mar do Sul da China, por exemplo, demonstram a intenção chinesa de projetar poder em áreas estratégicas para o comércio global e a segurança regional.

Nesse contexto, a possível retração dos EUA não apenas cria um vácuo, mas também incentiva o surgimento de contrabalanço regionais, como a QUAD (Diálogo de Segurança Quadrilateral entre EUA, Japão, Austrália e Índia) e outras parcerias de segurança. No entanto, esses movimentos podem, paradoxalmente, aumentar a percepção chinesa de cerco e, consequentemente, intensificar a rivalidade, elevando o risco de instabilidade e confrontos. A dinâmica de ação e reação no equilíbrio de poder regional se torna mais volátil, com a China buscando consolidar sua hegemonia regional e outros atores buscando conter essa ascensão (GILPIN, 1981).

Impacto da ausência dos EUA na OTAN: incentivos à instabilidade e realinhamento geopolítico

A possível retirada dos Estados Unidos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) provocaria um choque sistêmico profundo na estrutura de segurança internacional. Sob a ótica da teoria da transição hegemônica (GILPIN, 1981), esse movimento representaria um enfraquecimento do *hegemon* liberal ocidental, abrindo espaço para o surgimento de lacunas de poder e criando incentivos para a ascensão de potências revisionistas como a China e a Rússia.

Segundo Gilpin (1981), momentos de transição hegemônica são historicamente marcados por instabilidade, competição interestatal e, frequentemente, por conflitos armados. O declínio relativo dos Estados Unidos como garantidor da segurança transatlântica pode criar um ambiente propício para a revisão das fronteiras de influência, particularmente no Leste Europeu, na Ásia Central e nas regiões marítimas estratégicas do Indo-Pacífico.

Do ponto de vista do equilíbrio de poder, conforme analisado por Mearsheimer (2003), a ausência dos EUA da OTAN alteraria o balanço estratégico na Eurásia. A teoria realista ofensiva sustenta que, em um sistema anárquico, os Estados tendem a maximizar seu poder relativo, buscando vantagens sobre os rivais. Sem o respaldo norte-americano, os membros europeus da OTAN provavelmente enfrentariam dificuldades para equilibrar militarmente uma Rússia mais assertiva ou conter as manobras estratégicas da China.

Esse cenário também se alinha à hipótese dos sistemas multipolares instáveis, formulada por Kenneth Waltz (2010). De acordo com Waltz, em um sistema multipolar, a multiplicidade de polos de poder aumenta o número de interações estratégicas, ampliando a incerteza e a possibilidade de erros de cálculo. A saída

dos Estados Unidos da OTAN aceleraria o processo de multipolarização do sistema internacional, intensificando o risco de conflitos regionais e incentivando uma corrida armamentista entre os atores envolvidos (WALTZ, 2010).

Além disso, a lacuna de segurança deixada pela ausência dos EUA poderia estimular a proliferação de alianças *ad hoc* e acordos bilaterais de defesa, levando à fragmentação da segurança coletiva na Europa e em outras regiões estratégicas. Países como Alemanha e França poderiam buscar alternativas regionais, enquanto nações do Leste Europeu tenderiam a fortalecer cooperações com potências externas, incluindo possivelmente até a China ou outros atores emergentes (POSEN, 2018).

Esse quadro de incerteza é agravado pelas instabilidades políticas internas em países europeus centrais. Em setembro de 2025, Emmanuel Macron enfrentou forte pressão após a queda de seu quarto primeiro-ministro em menos de dois anos, episódio amplamente noticiado pela imprensa internacional e que evidenciou a fragilidade institucional francesa em um momento de tensões externas (REUTERS, 2025).

A ausência dos Estados Unidos também teria efeitos indiretos sobre os sistemas de segurança no Indo-Pacífico. A credibilidade dos compromissos de segurança dos EUA com aliados como Japão, Coreia do Sul, Filipinas e Austrália seria colocada em xeque, gerando um efeito cascata de insegurança regional. Esse fenômeno é conhecido na literatura como abandono estratégico (SCHWELLER, 1998), em que a percepção de retração do patrono hegemônico leva os aliados a reavaliarem suas próprias políticas de segurança, podendo optar por estratégias autônomas, como a busca por capacidades militares nucleares ou novas alianças.

No campo institucional, o vácuo de liderança deixado pelos EUA na OTAN poderia gerar o que Keohane e Nye (1997) descreve

como “definhamento institucional”, caracterizado pela perda de efetividade, fragmentação interna e dificuldade de coordenação entre os membros. A ausência de um *hegemon* capaz de garantir bens públicos internacionais, como segurança coletiva e estabilidade regional, comprometeria a capacidade da OTAN de responder a crises e de deter ameaças emergentes.

Além disso, como observado por Walt (2018), a saída dos EUA da OTAN também poderia gerar incentivos para o comportamento mais agressivo de potências revisionistas. Tanto China quanto Rússia poderiam explorar o momento de fraqueza institucional da OTAN para expandir suas zonas de influência. Moscou, por exemplo, poderia intensificar suas ações no Báltico, nos Bálcãs e no Mar Negro, enquanto Pequim, por meio da OCX e do BRI, poderia aprofundar sua penetração econômica e militar na Eurásia, consolidando sua posição como contraponto estratégico à ordem liberal internacional.

Portanto, a ausência dos Estados Unidos da OTAN representa não apenas um desafio operacional para a Aliança, mas uma ameaça direta à estabilidade do sistema internacional, com potenciais repercussões em múltiplos níveis: regional, sistêmico e institucional. A literatura especializada é quase unânime em apontar que tal cenário agravaria as tensões geopolíticas e aumentaria significativamente o risco de instabilidade e conflito em um mundo cada vez mais multipolar e competitivo.

Comparação institucional entre a OTAN e a organização para cooperação de XANGAI (OCX): perspectivas do Institucionalismo Liberal e do Realismo Ofensivo

A análise comparativa entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização para Cooperação de

Xangai (OCX) oferece uma oportunidade valiosa para compreender os diferentes arranjos institucionais de segurança existentes no sistema internacional contemporâneo. Embora ambas as organizações desempenhem papéis relevantes na governança da segurança regional, elas possuem origens, estruturas normativas e mecanismos de funcionamento distintos, refletindo as dinâmicas de poder e as visões estratégicas de seus membros dominantes.

Sob a perspectiva do institucionalismo liberal, tal como proposto por Keohane e Nye (1997), a OTAN representa um exemplo clássico de uma instituição internacional criada para reduzir os custos de transação entre Estados soberanos, promover a cooperação em segurança e oferecer mecanismos de resolução de conflitos. A OTAN opera com base em um arcabouço normativo robusto, com processos decisórios formalizados, estruturas permanentes de comando, integração operacional e compromissos jurídicos claros entre os seus membros, expressos no Artigo 5 do Tratado de Washington, que garante a defesa coletiva em caso de agressão externa.

Por outro lado, a OCX, criada em 2001, reflete uma abordagem mais pragmática e menos institucionalizada, com foco na cooperação intergovernamental baseada no consenso, característica típica de arranjos multilaterais liderados por potências como China e Rússia. A OCX prioriza a soberania estatal e a não intervenção, com estruturas decisórias flexíveis e uma arquitetura normativa menos rígida. Segundo Aris (2011), a OCX funciona mais como um fórum de diálogo político e cooperação técnica do que como uma aliança militar propriamente dita.

No campo teórico do realismo ofensivo, conforme argumenta Mearsheimer (2003), a diferença estrutural entre as duas organizações pode ser explicada pelas disparidades nas capacidades militares e nas intenções estratégicas de seus membros dominantes. A OTAN, sob a liderança dos Estados Unidos, historicamente

buscou manter a superioridade militar e conter rivais geopolíticos, operando segundo uma lógica de maximização de poder e dissuasão. Já a OCX, liderada por China e Rússia, funciona como um instrumento de balança de poder regional, oferecendo uma plataforma para coordenação estratégica entre Estados que compartilham interesses revisionistas ou que desejam limitar a influência ocidental em suas respectivas zonas de influências.

Do ponto de vista do equilíbrio de poder, a OCX pode ser interpretada como uma resposta institucionalizada à expansão da OTAN e à presença militar dos EUA em regiões tradicionalmente consideradas estratégicas por Moscou e Pequim. A OCX tem aprofundado suas capacidades de segurança regional, incluindo a realização de exercícios militares conjuntos, o intercâmbio de inteligência e o combate a ameaças transnacionais, como terrorismo e extremismo. Embora ainda careça de um compromisso de defesa coletiva comparável ao da OTAN, a OCX representa uma crescente convergência de interesses geoestratégicos entre China, Rússia e outros Estados-membros (ARIS, 2013).

Ademais, a OCX é vista por muitos analistas como um elemento central na estratégia chinesa de remodelagem da governança regional, especialmente no contexto da Iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota”. Enquanto a OTAN representa o braço militar da ordem liberal ocidental, a OCX aparece como um polo de resistência e de construção de uma ordem alternativa mais centrada nos princípios da multipolaridade, do respeito à soberania e da não intervenção (ROLLAND, 2017; STRANGE, 1996).

Essa comparação evidencia que, enquanto a OTAN é uma aliança militar formalizada e altamente institucionalizada, com forte capacidade de intervenção global, a OCX representa um modelo de cooperação regional mais flexível e centrado na coordenação de interesses entre grandes potências eurasiáticas. A ausência dos Estados Unidos da OTAN, nesse sentido, poderia ampliar ainda mais

o espaço de manobra da OCX, favorecendo a China e a Rússia no processo de reconfiguração da ordem internacional e tornando o sistema global mais propenso a dinâmicas multipolares instáveis (WALT, 1997; GILPIN, 1981).

Uma leitura inovadora dos achados sugere que o futuro da segurança internacional pode ser marcado menos pela substituição direta da hegemonia norte-americana e mais por uma crescente fragmentação normativa. O vácuo deixado por uma possível retração dos EUA não seria preenchido por um único ator, mas por múltiplas iniciativas regionais, como a OTAN enfraquecida, a OCX fortalecida e arranjos *ad hoc* como o QUAD. Portanto, o cenário confirma a perspectiva de Waltz (2010) sobre a instabilidade dos sistemas multipolares, mas também abre espaço para interpretações mais flexíveis, em que a governança da segurança se torna difusa e competitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise teórica realizada ao longo deste estudo evidencia que a possível retirada dos Estados Unidos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) provocaria profundas alterações no equilíbrio geopolítico internacional, com impactos que vão muito além da segurança europeia. A OTAN, enquanto principal aliança militar da ordem liberal pós-Guerra Fria, sempre dependeu da liderança político-estratégica, dos recursos materiais e da capacidade de dissuasão militar norte-americana. A ausência dos Estados Unidos, nesse sentido, significaria não apenas um enfraquecimento estrutural da Aliança, mas também a erosão de um dos pilares centrais da arquitetura de segurança global (KEOHANE; NYE, 1997; NYE, 2004).

Do ponto de vista da teoria da transição hegemônica (GILPIN, 1981), esse cenário sinalizaria o avanço de um processo de reconfiguração sistêmica, em que potências revisionistas, como China e Rússia, encontrariam oportunidades para expandir suas esferas de influência. A literatura sobre equilíbrio de poder (MEARSHEIMER, 2003) sugere que a lacuna deixada pelos EUA poderia gerar um ambiente de competição estratégica acirrada, tanto na Eurásia quanto no Indo-Pacífico, aumentando os riscos de conflitos interestatais.

A ascensão da China, analisada à luz das teorias de poder brando e estrutural (NYE, 2004; STRANGE, 1996), reforça a hipótese de que Pequim vem utilizando instrumentos não apenas econômicos, mas também normativos e institucionais, para redesenhar as regras da ordem internacional. A Iniciativa "Um Cinturão, Uma Rota" e a atuação crescente da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) são exemplos concretos dessa estratégia multifacetada, que combina diplomacia econômica, redes de segurança regional e a construção de uma alternativa normativa ao modelo ocidental.

Além disso, a retirada dos Estados Unidos da OTAN lançaria dúvidas sobre a credibilidade das garantias de segurança norte-americanas em outras regiões estratégicas, como o Indo-Pacífico. Aliados históricos, como Japão, Coreia do Sul e Austrália, poderiam reavaliar suas próprias estratégias de defesa, possivelmente adotando posturas mais autônomas ou buscando novas alianças, conforme prevê a literatura sobre abandono estratégico e dilemas de aliança (SCHWELLER, 1998; POSEN, 2018).

Uma leitura mais matizada permite inferir que a China, embora beneficiária direta de um enfraquecimento da OTAN, não necessariamente almeja sua desintegração total. Uma Europa insegura e fragmentada poderia gerar instabilidade na Eurásia, prejudicando os investimentos da Iniciativa ‘Um Cinturão, Uma

Rota'. Assim, o cenário mais provável não é a substituição hegemônica, mas uma coexistência tensa entre uma OTAN enfraquecida e uma China cada vez mais assertiva, num sistema internacional marcado por normas concorrentes e múltiplos centros de poder.

A análise institucional comparada entre OTAN e OCX reforça que, enquanto a primeira representa um modelo de integração militar altamente institucionalizado e normativamente denso, a segunda reflete uma abordagem mais flexível e orientada por interesses geopolíticos convergentes entre China e Rússia. Nesse contexto, a ausência dos EUA da OTAN poderia abrir ainda mais espaço para a OCX consolidar-se como um polo alternativo de poder regional, aprofundando o processo de multipolarização e tornando o sistema internacional mais propenso a dinâmicas de instabilidade (WALTZ, 2010; WALT, 2018).

Portanto, a permanência ou não dos Estados Unidos na OTAN não deve ser interpretada apenas como uma decisão de política externa isolada, mas como um fator central na definição dos rumos futuros da ordem internacional. Suas implicações atingem diretamente a arquitetura de segurança global, o equilíbrio de poder entre as grandes potências e os próprios fundamentos normativos que sustentaram o sistema liberal internacional nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, F. B.; NUNES, L. S. F. "Susan Strange: poder estrutural e hierarquia monetária, uma breve discussão". **Revista de Geopolítica**, vol. 9, n. 1, 2018.

ARIS, S. “The Shanghai Cooperation Organisation: a Eurasian security actor?” *In*: ARIS, S.; WENGER, A. **Regional Organisations and Security**. London: Routledge, 2013.

ARIS, S. **Eurasian regionalism**: The Shanghai Cooperation Organisation. London: Palgrave Macmillan, 2011.

BERTAZZO, F. **Geopolítica contemporânea**: a nova configuração mundial. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

BERTAZZO, J. “Atuação da OTAN no pós-Guerra Fria: implicações para a segurança internacional e para a ONU”. **Contexto Internacional**, vol. 32, n. 1, 2010.

BERTONHA, J. F. “Hard, soft ou smart power? Perspectivas para a nova política externa dos Estados Unidos”. **Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, n. 104, 2009.

CNN BRASIL. “Biden reafirma compromisso com a Otan e reforça presença de tropas no Leste Europeu”. **CNN Brasil** [2022]. Disponível em: >. Acesso em: 19/04/2026.

DEUTSCHE WELLE. “Otan: cúpula nos EUA é ofuscada por possível volta de Trump”. **Deutsche Welle** [2024]. Disponível em: <www.dw.com>. Acesso em: 19/04/2026.

GILPIN, R. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

KEOHANE, R O.; NYE JR., J. S. **Power and interdependence**. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

KHANNA, P. **Connectography**: Mapping the Future of Global Civilization. New York: Random House, 2016.

MEARSHEIMER, J. J. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton and Company, 2003.

METRÓPOLES.; DEUTSCHE WELLE. "Trump cogita saída dos EUA da Otan e avalia cortar ajuda à Ucrânia". **Metrópoles** [2024]. Disponível em: <www.metropoles.com>. Acesso em: 19/03/2026.

NYE, J S. **Soft power**: the means to success in world politics. New York: Public Affairs, 2004.

OLSON JR., M. **The logic of collective action**: public goods and the theory of groups. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

POSEN, B. R. **Restraint**: a new foundation for U.S. grand strategy. Ithaca: Cornell University Press, 2018.

REUTERS. "Macron sob pressão após perder mais um primeiro-ministro: entenda a crise política na França". **G1** [2025]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 19/03/2026.

ROLLAND, N. **China's Eurasian century**: political and strategic implications of the Belt and Road Initiative. Seattle: National Bureau of Asian Research, 2017.

SCHWELLER, R. L. **Deadly imbalances**: tripolarity and Hitler's strategy of world conquest. New York: Columbia University Press, 1998.

STRANGE, S. **States and markets**. London: Bloomsbury Publishing, 2015.

STRANGE, S. **The retreat of the state**: the diffusion of power in the world economy. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

TEIXEIRA, V. M. **Geopolítica das organizações de cooperação em defesa**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

UNITED STATES. **Informativo**: Cúpula da Otan de 2024 em Washington. Washington: Department of State, 2024. Disponível em: <www.state.gov>. Acesso em: 19/03/2026.

WALT, S. M. "Trump's problem in Europe isn't optics". **Foreign Policy** [2018]. Disponível em: <www.foreignpolicy.com>. Acesso em: 13/03/2026.

WALT, S. M. "Why alliances endure or collapse". **Survival**, vol. 39, n. 1, 1997.

WALTZ, K. N. **Theory of international politics**. Long Grove: Waveland Press, 2010.